

Pauta da 13ª Reunião Ordinária Plenária – 2025

Data: 11 de junho de 2025

I - Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

II-Informes;

III - Ordem do dia: Considerações sobre a Educação Especial na Rede Municipal de Ensino do Recife, após o Decreto 36.309/2023

IV - Palavra facultada.

Ata da 13ª Reunião Ordinária Plenária

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, na Sede do Conselho Municipal de Educação do Recife, Av. Visconde de Suassuna, 141 – Santo Amaro, às onze horas e vinte e seis minutos, realizou-se a décima terceira reunião ordinária plenária. Presentes os conselheiros: Wallace Melo Gonçalves Barbosa, vice-presidente; Fernando José Felix da Silva; Francisco Soares de Santana; Glaydson Alves Santiago; Josineide Antônia da Silva Melo; Luiz Carlos Arcelino; Marcelo Augusto Dantas; Necy José do Carmos Soares; Neuza Maria Pontes de Mendonça; Ozanira Maria Pereira Gomes da Silva; Pedro Henrique Wanderley Silva; Rosângela Maria da Conceição Santos e Socorro Barros de Aquino. Justificada a ausência da presidente Ana Paula de Oliveira Tavares, por motivos profissionais, representando o CME em evento da UNCME. O vice-presidente iniciou a sessão, cumprimentou os presentes e informou que a leitura da ata será feita na reunião extraordinária. **Informes.** O conselheiro Pedro informou que não poderá mais representar o CME no Comitê de ética, porque os horários das reuniões estão entrando em conflito com suas atividades profissionais. Sendo assim, ele entregou o cargo e, inclusive, já comunicou a sua saída ao presidente do órgão. Diante do exposto, o vice-presidente perguntou se alguém gostaria de participar. Na ocasião, os conselheiros ficaram de analisar seus compromissos para verificar a disponibilidade. informou que hoje terá um seminário na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) falando sobre a Pejotização, gerando um debate em torno da proteção das leis trabalhistas. Informou também que o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) abriu na data de hoje, e que

poderá ser usado para obter o certificado de conclusão do ensino médio em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA). progressista. A conselheira Ana Rafaela comunicou que no mês de junho estará de férias, e a sua suplente é quem irá participar no colegiado. **Ordem do dia.** O vice-presidente Wallace fez uma explanação sobre como foi a audiência que tratou da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino do Recife, após o Decreto 36.309/2023. Iniciou dizendo que este assunto é muito complexo e delicado porque envolve muitas dores, muita violação de direito desses alunos neuro divergentes. Somando-se a isso, existe a dificuldade das instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, de ter uma Política Educacional prática e bem executada no processo de inclusão. Por isso, ele acredita que o Conselho precisa de uma atuação mais firme no sentido de apontar caminhos, pois o Conselho de Recife é referência para os da região metropolitana. O conselheiro Pedro disse que seria importante ficar atento ao artigo nono do Decreto 36.309/2023 porque nele fala a quantidade de alunos que cada profissional de apoio deverá acompanhar. Destacou que esse artigo deixa muito vago a interpretação para às escolas. O conselheiro Luiz Carlos pontuou que esse assunto é muito delicado e conflitante, pois coloca o educador em uma situação desconfortável, já que nem sempre sabe como agir diante das diferenças entre esses espectros. Citou que nem mesmo as literaturas conseguem ser unânimes em relação aos diagnósticos, o que dificulta obter um consenso sobre esse tema. O conselheiro Glaydson comentou que cada caso é uma situação para se analisar. Aqueles que se recusam a admitir as suas necessidades estão negando seus próprios direitos. Acredita que nenhuma criança pode ser diminuída, mas também não poderá ser aumentada, é preciso entender a real necessidade da criança para dar um atendimento específico. Citou a senhora Adilza, Gerente de Educação Especial da Rede, como uma pessoa reconhecida pela luta e pelos direitos de crianças neuroatípicas. A conselheira Neuza pontuou que, nos últimos anos, a Rede teve muitos avanços na área da educação inclusiva, apesar dos inúmeros desafios. Comparou com às escolas privadas que, em torno de 05 anos atrás, muitas delas de grande porte não tinham salas de Recurso e não tinham profissional especializado. No entanto, a Rede já vinha fazendo um trabalho muito forte. **Palavra Facultada.** Votação de 01 processo de credenciamento, a saber: **RA Creche Educação, processo nº 01/24**, o relator Wallace Barbosa foi favorável ao credenciamento, e os demais conselheiros seguiram o voto. Nada mais havendo a tratar a presidente do Conselho Municipal de Educação, Ana Paula de Oliveira Tavares, encerrou a reunião e eu, Maria Cellyanne

Cosme, secretária desta reunião plenária, lavrei a seguinte ata, que vai por mim assinada e pelos demais conselheiros presentes.